

# Presidente do Conselho Mundial dos Povos Indígenas Visita São Paulo



Foto: Teresa Aparicio

No período de 20 a 22 de maio es-  
teve em São Paulo o presidente do Con-  
selho Mundial dos Povos Indígenas,  
José Carlos Morales, mantendo contato  
com representantes da UNI - União das  
Nações Indígenas - Região Sul - e com  
grupos de apoio à causa indígenas: Co-  
missão Pró-Índio de SP, Centro Ecumê-  
nico de Documentação e Informação e  
Centro de Trabalho Indigenista.

Morales chegou ao Brasil em 9 de  
maio, convidado pelo CIMI (Conselho  
Indigenista Missionário) para o encon-  
tro Pastoral Indigenista da América,  
que reuniu em Brasília missionários  
de várias religiões ligados à ques-  
tão indígena e onde se debateu a pos-  
tura dos missionários frente às so-  
ciedades tribais.

Natural de Costa Rica, país que  
possui 6 grupos étnicos, compreenden-  
do 20.000 índios, o presidente do CMPÍ  
pertence à nação indígena Brunka, cons-  
tituída por 3.000 indivíduos. A sua  
luta pelos direitos dos índios come-  
çou em 1956, através da Associação  
Indígena de Costa Rica; mais tarde  
integrou a Coordenadoria que repre-  
sentava e defendia os povos indíge-  
nas de toda a América Central.

## O CONSELHO MUNDIAL DOS POVOS INDÍGENAS

Em sua entrevista coletiva para  
a imprensa paulista na sede da CPI-  
SP, Morales explicou em que consiste  
o Conselho Mundial dos Povos Indíge-  
nas: é uma organização não-governá-  
mental, criada em 1975, reconhecida  
pela ONU através do Conselho Econômi-  
co e Social das Nações Unidas, conse-  
lho que também trata dos Direitos Hu-  
manos.

Fazendo uma rápida preleção his-  
tórica sobre a idéia de uma organiza-  
ção indígena de caráter mundial, dis-  
se que sua primeira necessidade foi  
sentida em 1890, através dos austra-  
lianos e canadenses. A idéia voltou

a ser ventilada depois da Segunda Guerra Mundial, e posteriormente em 1972, através de indígenas dos EUA, Canadá e de simpatizantes europeus.

Finalmente, em 1974, realizou-se a 1ª Assembléia Mundial dos Povos Indígenas, em Puerto Alberno, distrito de Colúmbia, Canadá, com representantes de 19 países.

Um ano depois estava fundado o Conselho Mundial dos Povos Indígenas, apesar da sistemática atitude dos diversos governos para rechaçar qualquer discussão da questão indígena a nível mundial. Significativamente, acrescenta Morales, são os mesmos governos que resolvem os problemas relativos aos seus índios, desrespeitando seus direitos e permitindo o seu extermínio.

Os propósitos básicos da fundação do CMPI resumem-se em buscar uma unidade entre os povos indígenas do mundo, facilitar o intercâmbio de informações e experiências por estes povos, fortalecer suas organizações nos diversos países do mundo através do estímulo à formação de trabalhos de base, lutar contra o genocídio étnico, combater o racismo, e finalmente através do restabelecimento dos direitos dos índios, exigir igualdade e justiça sócio-política para eles.

Suas verbas advêm principalmente das agências de desenvolvimento escandinavos, do Canadá, da Áustria, do Conselho Mundial de Igrejas e de entidades particulares. Fruto de ação do CMPI, em agosto de 1982 foi constituído um grupo de trabalho permanentemente na ONU, composto de 5 pessoas, com especializações diversas voltadas para a defesa da causa indígena.

## O BRASIL

Perguntado sobre a situação do índio no Brasil, Morales comentou que falar sobre isso é meio perigoso. Disse que a literatura sobre o assunto é pouco confiável e que os trabalhos dos antropólogos oficiais expressam mais o interesse governamental do que os do povo.

Desta forma, aproveitou a viagem patrocinada pelo CIMI para aceitar o convite de Domingos Veríssimo Terena, coordenador da UNI - Região Centro -

Oeste, a quem já conhecia, a fim de tomar contato com a realidade indígena na matogrossense e brasileira de modo concreto.

Assinalando ter encontrado muitas coisas que o preocupam, o presidente do CMPI ainda em Brasília foi formal e totalmente proibido pela FUNAI de visitar os postos indígenas, com a justificativa de que todos constituíam área de Segurança Nacional. Após afirmar que o Brasil foi o primeiro país do mundo a lhe impedir de visitar áreas indígenas, manifestou sua estranheza pelo fato dessas áreas serem consideradas de Segurança Nacional. Segundo ele, sua manutenção em caráter permanente só é concebível durante uma guerra. Desta maneira, significa uma violação dos Direitos Humanos dos povos indígenas pela FUNAI.

Ainda sobre a FUNAI, Morales de clarou que a maioria da população brasileira não sabe como ela funciona, compartilhando da ilusão de que ela "ajuda os índios". Ele teve oportunidade de verificar que os programas da FUNAI não atendem às necessidades dos grupos tribais ao visitar vários postos indígenas do Mato Grosso do Sul em companhia de Domingos Terena.

Além de em algumas comunidades o chefe do posto não permitir sua entrada, o que Morales encontrou foi um forte bloqueio policial mantendo um estado de vigilância permanente sobre os índios (entre os Kadiveu da serra do Bodoquena ninguém entra e ninguém sai do posto, e as informações que saem são as que o governo permite). Fome, doenças e ausência de educação foram constatados também na maioria dos postos.

## BRASIL X EXTERIOR E O PROBLEMA JURÍDICO

Com relação à situação dos povos indígenas no Brasil comparada com a de outros países da América Latina, o ponto de vista de Morales é de que as condições reais são as mesmas; o que muda são as condições jurídicas. Acrescenta que em termos jurídicos a situação pior é a do Brasil, onde a complexidade da lei é enorme. Diz ainda que não entende por que os índios no Brasil não podem mover-se livremente de um lugar para outro e vi-

sitarem-se mutuamente como os considerados cidadãos, indício claro de uma política de isolamento e segregação.

No Brasil, o sistema jurídico foi elaborado pelos povos imigrantes; assim, tradicionalmente nada há neste sistema que defenda os direitos dos povos indígenas. Em Brasília, Morales ouviu o presidente do Supremo Tribunal Federal, que em pronunciamento sobre o Art. 198 da Constituição Brasileira dizia que o Brasil é um país de imigrantes e que a sociedade brasileira não precisa mais se preocupar com os índios.

De acordo com Morales, o Conselho Mundial dos Povos Indígenas responderá a esta declaração que trata as populações indígenas como minorias praticamente já extintas.

Apesar de saber que o número de índios no Brasil está estimado em duzentos mil indivíduos, Morales não sabe quantos existem realmente, pois diz não crer nos censos estatísticos deste país.

Morales criticou o Decreto - Lei nº 88/118, de 23/02/83, que dispõe sobre a nova política para a demarcação de áreas indígenas, relacionando-o ao pronunciamento do presidente do Supremo Tribunal Federal: o decreto é a concretização da ideologia governamental de desrespeito ao índio.

#### A QUESTÃO DA TERRA

Sobre o problema jurídico da terra indígena, Morales afirmou que é uma questão fundamental, já que a terra compreende a própria vida dos povos indígenas em seus mais variados aspectos. "A concepção econômica dos brancos, seja ela de direita, de centro ou de esquerda", continua ele "é puramente mercantilista, baseada no valor de troca, contrariamente à concepção dos povos indígenas". E no Brasil, segundo ele, "a perda da terra indígena está institucionalizada", pois com a cumplicidade da FUNAI, dando estatuto jurídico aos posseiros, ela ocorre diariamente.

#### ORGANIZAÇÃO E LIDERANÇAS

O presidente do CMPI relatou que pôde verificar a existência de organizações de base e lideranças exce-

lentes nas próprias bases, além dos trabalhos de articulação dos movimentos isolados através da União das Nações Indígenas e do fato de um indígena ter sido eleito para a Câmara dos Deputados, o xavante Mário Juruna.

O papel de Juruna, para Morales, é muito importante e ao mesmo tempo muito delicado. Para sustentar a posição alcançada, sem perder o caminho, ele precisa de boa assessoria tanto dos indígenas quanto de pessoas e entidades solidárias ao índio. Morales já esteve com Juruna em Brasília e voltará a se reunir com ele para estudarem juntos todo um programa voltado para os índios brasileiros.

Em São Paulo, no encontro com os representantes da UNI - Região Sul, Álvaro Tukano e Ailton Krenak, Morales recebeu um relatório circunstanciado sobre a situação dos vários grupos indígenas do litoral e nordeste brasileiro, e discutiu estratégias de ação.

#### PROPOSTAS DO PRESIDENTE DO CMPI

José Costa Morales apresentou uma série de pontos básicos pelo qual se poderia incrementar a salvaguarda das questões indígenas: 1º) articular todos os movimentos e organizações, buscando alternativas tanto a nível regional como a nível nacional; 2º) realizar alianças com camadas sociais solidárias ao índio, como profissionais, estudantes, etc; 3º) executar campanhas de denúncia e apoio popular em prol da causa indígena, o que Morales acha preferível fazer a nível estadual principalmente; 4º) construir e fortalecer uma instância nacional representativa dos diversos grupos; 5º) finalmente, procurar a solidarização internacional.

O presidente do CMPI encara sua viagem ao Brasil como a melhor forma de conhecer a situação concreta dos índios brasileiros e como um importante passo para o estreitamento de relações entre seu organismo e a organização indígena no Brasil (UNI - União das Nações Indígenas).

